

FINANÇAS

Caixa liquida R\$ 3 bi em dívidas

Programa lançado em abril para reduzir número de contratos em atraso permite cortar até 90% dos débitos de clientes

» JOÃO VÍTOR TAVAREZ*
» GABRIELA BERNARDES*

A Caixa Econômica Federal registrou, até a última terça-feira, R\$ 3 bilhões em dívidas de clientes liquidadas em 2021. O número faz parte da campanha “Você no Azul”, na qual o banco oferece, até 30 de dezembro, descontos que chegam a 90% para pagamentos de dívidas em atraso. Iniciada em abril deste ano, o programa beneficiou mais de 400 mil contratos de cerca de 300 mil clientes, entre pessoas físicas e empresas. O banco informa que disponibiliza canais digitais, via WhatsApp, central de atendimento, lotéricas e agências para regularizar as dívidas e contratos em atraso.

Nas redes sociais, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, destacou que a Caixa oferece “condições especiais para renegociação” e que, com a iniciativas, “a Caixa apoia a reorganização financeira de milhares de famílias e empresas”.

O número de pessoas que não conseguem quitar dívidas vem crescendo por conta da inflação elevada e do desemprego. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o endividamento de brasileiros alcançou 12,3 milhões de famílias em novembro — o maior nível para o mês desde 2010.

A alta dos juros também tem contribuído para a inadimplência. José Roberto Tadros, presidente da CNC, avaliou que o Banco Central apertou o ritmo de elevação dos juros na tentativa de reduzir as expectativas inflacionárias futuras. “Até o momento, isso não foi suficiente para abrandar a dinâmica do endividamento, e o crédito segue sendo a saída do brasileiro para recompor a renda”, analisou.

Mauro Rochlin, economista e professor da FGV, avalia que há dois fatores para o quadro de endividamento das famílias. “O primeiro é a taxa de desemprego no país, onde cerca de 12,5 milhões de brasileiros procuram emprego há mais de dois anos”, afirmou. O segundo fator, diz Rochlin, está relacionado à queda na renda da população.

Uma pesquisa do portal de serviços financeiros Foregn revelou que, entre 2020 e 2021, aumentou em 53,2% o número de pessoas com o “nome sujo” na

praça. Agora, 44,3% dos entrevistados afirmam estar negativados. É a primeira vez que isso acontece para 24,4% deles. Em média, as pessoas estão com nome sujo há 2 anos e 2 meses e possuem mais de uma dívida.

O levantamento procurou também traçar um perfil dos endividados. A faixa etária com maior taxa de negativados é a de 35 a 44 anos. Nesse grupo, 47,5% estão com o nome sujo. Jovens entre 18 e 24 anos são os que menos ficaram negativos: 46,8% das pessoas nessa faixa afirmam nunca terem ficado endividados.

Ainda dentro do grupo de jovens, 74,7% estão negativados pela primeira vez; 37,1%, há menos de um ano; e 41,8% possuem apenas uma dívida. No entanto, enquanto 46% dos entrevistados de 18 a 24 anos afirmam não ter condições de pagar as dívidas, a taxa é ainda maior no grupo de 65 anos ou mais, em que 62,5% afirmam não conseguir limpar o nome.

O economista e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Ecio Costa explica que, em muitos casos, há uma grande diferença na taxa de inadimplência entre as faixas etárias porque os pais acabam acumulando dívidas de filhos. “Os jovens, tradicionalmente, no Brasil, acabam morando com os pais por muito tempo e, na maioria dos casos, são dependentes deles”, destacou.

O grande vilão

Visto muitas vezes como uma “ajudinha” para as compras, o cartão de crédito se mostrou o vilão para os endividados. O levantamento apontou que, dos 44,3% dos entrevistados que responderam estar negativados, 46,1% se atrapalharam com contas de cartão de crédito e crediários.

Costa explica que esse tipo de crédito acaba sendo o mais procurado pelos brasileiros devido à facilidade de acesso. “São as fontes mais disponíveis e mais simples, que fazem menos análise de crédito dos tomadores de empréstimos”, disse.

Além do cartão de crédito, as contas que mais resultaram na negativação das pessoas foram as de aluguel e as de água e luz.

*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Renegociação pode ser feita, até 30 de dezembro, nas agências ou por meio dos canais digitais da instituição financeira



Ao oferecer condições especiais para renegociação, a Caixa apoia a reorganização financeira de milhares de famílias e empresas”

Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal

Punição para abusos no consignado

Em outubro deste ano, a autorregulação do consignado aplicou 37 novas punições a correspondentes bancários por ofertas irregulares dessa modalidade de crédito. As sanções incluíram advertências, 11, e uma suspensão definitiva da prestação de serviços aos bancos — à Santos Ferreira Neto Ltda.

A autorregulação é adotada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), e no caso de suspensão definitiva, os bancos participantes assumem o compromisso de aplicarem as sanções e adotarem as melhores práticas em relação à proteção e ao tratamento de dados dos clientes.

Segundo a autorregulação, entre janeiro de 2020 e outubro de 2021, 766 sanções foram aplicadas, com 167 suspensões

temporárias. Em outubro, 31 correspondentes estavam suspensos de forma permanente.

“O consignado é uma opção de crédito muito procurada pelos brasileiros e, cada vez mais, os bancos estão focados em garantir a segurança do consumidor na sua contratação e utilização”, disse a presidente da ABBC, Sílvia Scorsato.

A autorregulação considera faltas graves quaisquer formas de captação ou tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais dos consumidores sem sua autorização.

“As punições que aplicamos, suspendendo de forma definitiva correspondentes bancários, devem servir de alerta de que não abrimos mão de um setor ético na relação com os clientes”, afirmou o presidente da Febraban, Isaac Sidney.

Marcos Kulenkampff



Isaac Sidney: ética deve pautar relação com clientes

CB.AGRO

Suprimento de fertilizantes preocupa agronegócio

» MARIA EDUARDA ANGELI*

O Brasil importa cerca de 80% dos fertilizantes usados na atividade agrícola. Em 2021, a importação desses produtos bateu recorde: de janeiro a novembro, foram quase 37 milhões de toneladas. Os fornecedores do país, no entanto, enfrentam redução da produção, ameaçando a satisfação da demanda brasileira.

Para o vice-presidente da AgroGalaxy (plataforma de varejo de insumos e serviços para o setor agrícola), Marco Teixeira, é necessário que a questão dos fertilizantes seja tratada por todas as partes envolvidas no processo de produção: “É um problema complexo, requer que todos os componentes da cadeia — governo, fornecedores, distribuidores, cooperativas e produtores — participem da discussão”, disse Teixeira, que foi o entrevistado de ontem do *CB.Agro*, programa feito em parceria pelo **Correio Braziliense** e a TV Brasília.

A maior parte dos fertilizantes utilizados no país vem de China, Ucrânia, Índia e Irã. Segundo Teixeira, esses fornecedores externos têm tido dificuldade de manter o ritmo de entrega. A China está

empenhada na transição da matriz energética — de carvão mineral para fontes renováveis — e, para atingir as metas ambientais, está elevando o preço da eletricidade, obrigando as empresas a reduzir o nível de produção.

A Índia declarou que seus estoques de carvão estão baixos, o que pode resultar em uma crise energética. Já a Ucrânia sofre com a ameaça de uma invasão russa, e o Irã vive tensão após a aplicação de sanções dos Estados Unidos em meio à tentativa de restabelecimento do acordo nuclear de 2015.

Esses cenários podem afetar a exportação de fertilizantes para o Brasil. Se isso, ocorrer, pode haver diminuição das safras novas altas de preços, inclusive da carne, já que plantas como a soja e o milho são transformadas em ração animal.

“Os investimentos previstos em aumento de produção local no Brasil são escassos, então para os próximos anos, a oferta de fertilizantes no país está limitada à capacidade instalada que temos hoje”, avaliou Teixeira. Ele ressaltou, no entanto, que, apesar do risco de crise, não deve haver problemas a curto prazo, ou seja,

para as próximas duas safras.

Ele afirmou também que a AgroGalaxy tem conseguido atender às demandas dos clientes por meio de conversas estratégicas com fornecedores, e que o governo federal tem se movimentado para tentar minimizar os efeitos da possível queda das importações.

Custo maior

Os dados do PIB brasileiro no terceiro trimestre, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que a agropecuária brasileira recuou 8%. Os preços e a falta de disponibilidade de insumos têm sido percalços para os produtores do país.

Apesar dos problemas, o IBGE e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) preveem safras recorde para 2022/2023. Marco Teixeira concorda: “Tivemos um bom padrão de chuva, então esperamos uma boa produção. O agro vai continuar crescendo ao redor de 8%, 9%, 10%”, disse.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



“Os investimentos previstos em aumento de produção local no Brasil são escassos, então, para os próximos anos, a oferta no país está limitada à capacidade instalada que temos hoje”

Marco Teixeira, vice-presidente da AgroGalaxy